

Posto	N.º Matrícula	Nome
Tenente	2070011	António José Vieira da Costa Rodrigues Alves
Tenente	2070020	Hilário Rui da Mota Cerqueira
Cabo	2030883	Paulo Sérgio Passanha Saraiva Loureiro

12 de janeiro de 2018. — O Diretor de Justiça e Disciplina, *José Carlos Alves Gorgulho Santos*, Coronel.

311155509

JUSTIÇA

Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça

Despacho n.º 2401/2018

Considerando que o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Pública, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a última redação introduzida pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, regula, nos artigos 18.º, 19.º e 19.º-A, a forma de recrutamento, de seleção e de provimento dos cargos de direção superior, ali se estabelecendo que o recrutamento se efetua por procedimento concursal, a desenvolver pela Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública;

Considerando o resultado obtido em sede de procedimento concursal, desenvolvido nos termos do Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Pública, para o cargo de subdiretor-geral da Administração da Justiça e a fundamentação constante da proposta de designação elaborada pelo respetivo júri, nos termos do n.º 8 do artigo 19.º do referido Estatuto, e do despacho de delegação de competências n.º 977/2016, de 20 de janeiro:

1 — Designo, ao abrigo do disposto no n.º 12 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a última redação introduzida pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, e na sequência do procedimento concursal, a licenciada Ana Maria Vicente da Silva Horta para, em comissão de serviço e pelo período de cinco anos, exercer o cargo de subdiretor-geral da Administração da Justiça, a que se referem os artigos 3.º e 8.º do Decreto-Lei n.º 165/2012, de 31 de julho.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de março de 2018.

22 de fevereiro de 2018. — A Secretária de Estado Adjunta e da Justiça, *Helena Maria Mesquita Ribeiro*.

ANEXO

Dados pessoais:

Ana Maria Vicente da Silva Horta
Data de nascimento: 12 de maio de 1973

Habilitações académicas:

Licenciatura em Gestão, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), da Universidade Técnica de Lisboa;

Pós-Graduação Avançada em Finanças e Gestão do Sector Público pelo Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal (IDEFF), da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

Mestrado em Administração Pública (componente curricular), especialização Justiça, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), da Universidade Técnica de Lisboa;

Pós-Graduação “Métodos Analíticos Aplicados às Finanças Públicas” (componente curricular), parceria entre a Direção-Geral do Orçamento (DGO), o Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), da Universidade de Lisboa, e o Instituto Superior de Estatísticas e Gestão de Informação (ISEGI), da Universidade Nova de Lisboa;

Pós-Graduação “Prospectiva, Estratégia e Inovação”, do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), da Universidade de Lisboa.

Formação profissional:

Curso FORGEP — Formação em Gestão Pública, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE);

Frequência de diversas ações de formação profissional e participação em seminários nas áreas da administração pública, gestão e finanças.

Percurso Profissional:

Outubro de 1991 — Exercício de funções na empresa FERNAVE — Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S. A., no Departamento de Programas Operacionais e no Departamento Financeiro;

Setembro de 1997 — Ingresso na Administração Pública, na carreira do grupo de pessoal oficial de justiça do Ministério da Justiça;

Setembro de 2000 — Desempenho de funções na Direção-Geral da Administração da Justiça, na Divisão de Recursos Materiais;

Junho de 2004 — Nomeada especialista superior da Polícia Judiciária, tendo desempenhado funções no Departamento de Administração Financeira e Patrimonial;

Janeiro de 2008 — Em regime de requisição, desempenho de funções no Gabinete de Acompanhamento do Setor Empresarial do Estado, Parcerias Público Privadas e Concessões, na Direção-Geral do Tesouro e Finanças;

Setembro de 2008 — Nomeada em regime de substituição, Chefe da Divisão de Gestão Patrimonial e Financeira do Instituto Camões, I. P.;

Agosto de 2010 — Nomeada em regime de substituição, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira da Direção-Geral da Política de Justiça;

Março de 2011 — Nomeada para assegurar, em regime de acumulação de funções, o cargo de Chefe da Divisão de Recursos Humanos com o cargo de Chefe da Divisão Administrativa e Financeira da Direção-Geral da Política de Justiça;

Dezembro de 2012 — Designada em regime de substituição, Diretora de Serviços de Gestão de Recursos da Direção-Geral da Política de Justiça;

Dezembro de 2013 — Designada em regime de substituição Diretora do Departamento de Gestão Financeira do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P.;

Fevereiro de 2015 — Designada adjunta do Secretário de Estado da Justiça, no âmbito do XIX Governo Constitucional;

Novembro de 2015 — Designada adjunta da Secretária de Estado da Justiça, no âmbito do XX Governo Constitucional;

Dezembro de 2015 — Designada adjunta da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça, no âmbito do XXI Governo Constitucional

Abril de 2017 — Designada subdiretora-geral da Administração da Justiça, em regime de substituição.

Outra Atividade Profissional Relevante:

Participação em diversos grupos de trabalho em matérias atinentes ao exercício das funções desempenhadas;

Membro do júri de diversos processos de aquisição de bens e serviços;

Membro do júri de diversos procedimentos concursais de recrutamento e seleção de pessoal;

Perita da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CRoSAP), entre maio de 2012 e abril de 2015;

De abril de 2008 a março de 2015 — Vogal do Conselho Fiscal da Administração do Porto de Aveiro, S. A.

311154431

Despacho n.º 2402/2018

Considerando que o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Pública, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a última redação introduzida pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, regula, nos artigos 18.º, 19.º e 19.º-A, a forma de recrutamento, de seleção e de provimento dos cargos de direção superior, ali se estabelecendo que o recrutamento se efetua por procedimento concursal, a desenvolver pela Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública;

Considerando o resultado obtido em sede de procedimento concursal, desenvolvido nos termos do Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Pública, para o cargo de vogal do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P., e a fundamentação constante do relatório final com proposta de designação elaborada pelo respetivo júri, nos termos do n.º 8 do artigo 19.º do referido Estatuto, e do despacho de delegação de competências n.º 977/2016, de 20 de janeiro:

1 — Designo, ao abrigo do disposto no n.º 12 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a última redação introduzida pela Lei

n.º 128/2015, de 3 de setembro, conjugado com o n.º 4 do artigo 19.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, com a última redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 96/2015, de 3 de setembro, e na sequência do procedimento concursal, a licenciada Ana Margarida Jorge Dias para, em comissão de serviço e pelo período de cinco anos, exercer o cargo de vogal do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P., a que se referem os artigos 5.º e 13.º do Decreto-Lei n.º 166/2012, de 31 de julho.

2 — A designada exerce, por inerência, a função de Diretora da Delegação do Centro.

3 — Para efeitos do disposto no n.º 16 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a última redação introduzida pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de março de 2018.

26 de fevereiro de 2018. — A Secretária de Estado Adjunta e da Justiça, *Helena Maria Mesquita Ribeiro*.

ANEXO

Dados pessoais:

Ana Margarida Jorge Dias
Data de nascimento: 26 de outubro de 1962

Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Pós-Graduação em Administração Hospitalar, pela Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa

Percurso Profissional:

Novembro de 1993 a novembro de 1996 — Vogal do Conselho de Administração do Hospital de Lamego, tendo a seu cargo todas as áreas de gestão;

Março de 1998 a julho de 1998 — Vogal do Conselho de Administração do Hospital Visconde de Salreu, tendo a seu cargo todas as áreas de gestão;

Julho de 1998 a novembro de 2001 — Vogal do Conselho de Administração do Hospital do Espírito Santo de Évora, tendo a seu cargo todas as áreas de gestão;

Novembro de 2001 a junho de 2013 — Administradora hospitalar, Coordenadora da Unidade de Regional de Gestão de Inscritos para Cirurgia, Assessora da Administração Regional de Saúde do Centro (ARS);

Junho de 2013 a janeiro de 2014 — Administradora hospitalar do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra (CHUC);

Desde fevereiro de 2014 — Secretária do Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN.

Outra Atividade Profissional Relevante:

Presidente da Assembleia Geral da *Portuguese Association for Integrated Care*;

Sócio da Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares;
Membro da Comissão Científica do Prémio de Boas Práticas em Saúde;

Autora de diversos estudos e trabalhos sobre gestão hospitalar e sobre serviços de saúde publicados em revistas e jornais nacionais;

Palestrante, oradora e orientadora de teses de pós-graduação.

311163885

Direção-Geral da Administração da Justiça

Aviso (extrato) n.º 3075/2018

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), conjugado com o n.º 1 do artigo 45.º e no artigo 46.º da LTFP, torna-se público que despacho do Senhor Subdiretor-Geral da Administração da Justiça de 15.01.2018,

foi homologada após conclusão com sucesso, a avaliação final do período experimental da Licenciada Raquel Isabel Freitas Aiveca, na carreira e categoria de técnico superior, na sequência de celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com a Direção-Geral da Administração da Justiça, para ocupação de um posto de trabalho no respetivo mapa de pessoal, sendo a remuneração correspondente à 2.ª posição remuneratória e nível 15 da tabela remuneratória única.

21 de fevereiro de 2018. — O Diretor de Serviços, *Lourenço Torres*.

311154545

Despacho (extrato) n.º 2403/2018

Em cumprimento do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que por despacho do Senhor Subdiretor-Geral da Administração da Justiça de 22 de agosto de 2017, por delegação, o escrivão auxiliar do núcleo de Almada, Luís Manuel Duarte Rosa, foi autorizado, ao abrigo do artigo 47.º do Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de agosto, a desistir da sua colocação por transferência para o núcleo de Faro, do Tribunal Judicial da Comarca de Faro, efetuada no âmbito do Movimento Ordinário de Oficiais de Justiça de junho de 2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 168, de 31 de agosto de 2017, tendo pelo mesmo despacho, sido determinada a sua afetação ao núcleo de Almada, do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, nos termos do n.º 6 do artigo 51.º do referido Estatuto, com efeitos a 1 de setembro de 2017.

21 de fevereiro de 2018. — O Diretor de Serviços, *Lourenço Torres*.

311154578

Despacho (extrato) n.º 2404/2018

Em cumprimento do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que por despacho do Senhor Diretor-Geral da Administração da Justiça de 7 de agosto de 2017, que aprovou o movimento ordinário de oficiais de justiça relativo ao mês de junho de 2017, a técnica de justiça auxiliar Maria Laura Salvador Machado, a exercer em regime de comissão de serviço funções no Tribunal Constitucional, foi autorizada ao abrigo do artigo 47.º do Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de agosto, a desistir da sua colocação por promoção para o lugar de escrivão adjunto do núcleo de Velas, do Tribunal Judicial da Comarca de Açores, mantendo a mesma comissão de serviço.

21 de fevereiro de 2018. — O Diretor de Serviços, *Lourenço Torres*.

311155055

CULTURA

Direção-Geral das Artes

Aviso n.º 3076/2018

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho da Diretora Geral da Direção-Geral das Artes, de 26 de janeiro de 2018, foi autorizada a cessação da licença sem remuneração do técnico superior, Nuno Miguel Santos Gomes Carvalho, com efeitos a 5 de fevereiro de 2018.

22 de fevereiro de 2018. — A Subdiretora-Geral, *Ana Senha*.

311156521

EDUCAÇÃO

Direção-Geral da Educação

Aviso n.º 3077/2018

Por meu despacho de 31 de janeiro de 2018, e nos termos do disposto nos artigos 45.º a 51.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação